

Bancos Comunitários como um modelo de negócio em Economia Compartilhada

FLAVIA MENGARDO GOUVÊA

UNESP FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Introdução

O ato de consumir passa a ser, portanto, mais que uma ação pura do capitalismo: há o desenvolvimento de um novo estilo de vida, onde a propriedade é substituída pelo direito de uso de bens e serviços para satisfazer às necessidades humanas (Rahman, 2016). O conceito de consumo colaborativo ou de economia compartilhada pode ser entendido ao se identificar as relações humanas na aquisição de bens e serviços, antes vislumbradas de maneira tradicional, e sendo a compra efetivada sem possibilidades de empréstimos ou divisões (Cohen & Muñoz, 2016).

Problema de Pesquisa e Objetivo

Dentro da temática de Economia Compartilhada, definida aqui como relações sociais baseadas no compartilhamento de ideias e práticas, os pesquisadores buscam as lacunas que podem ser mais exploradas e aprofundadas. O objetivo deste artigo é compreender se os bancos comunitários são um modelo de economia compartilhada. Para tal, pretende-se primeiramente apresentar o que é economia compartilhada e os modelos de negócio a essa prática associados e configurados, e num segundo momento explorar se o banco comunitário é um caso real de economia compartilhada, por meio de revisão de literatura.

Fundamentação Teórica

O modelo de negócios em economia compartilhada V possui as dimensões de tecnologia e de interação, além de possuir as de financiamento, de missão e de governança em seu escopo, não possuindo apenas recursos, entre todas as dimensões apresentadas para um modelo de negócios de economia de compartilhamento. Essas condições do modelo V são consideradas como modelo utópico de economia compartilhada, idealizado pela mídia, mas não intuitivo empiricamente. (Muñoz & Cohen, 2017), sendo este o da kiva.org, fundada em São Francisco (Califórnia, Estados Unidos), que é uma plataforma de micro empréstimos.

Metodologia

Dentre os artigos pesquisados por assunto nos Periódicos Capes/Mec, nenhum deles mostrou a relação entre economia compartilhada e a configuração dos bancos comunitários especificamente. Conforme descrito pelo quinto modelo de economia compartilhada proposto, o chamado modelo utópico, com a combinação de tecnologia e interação (condições principais); e financiamento, missão e governança (condições periféricas) com a ausência de recursos (também condição periférica), (Muñoz & Cohen, 2017), os bancos comunitários são sugeridos como possuidores de todas estas características.

Análise dos Resultados

Evidenciou-se que não há uma grande quantidade de estudos sobre essa temática, conforme revisão sistemática proposta por meio de pesquisa nas plataformas citadas. Deste modo, este tipo de estudo de revisão de literatura relacionando os bancos comunitários a modelos de negócios de economia compartilhada se faz necessário tanto no Brasil como no mundo. Estes estudos futuros devem ser avançados com o intuito de serem levantadas mais evidências e subsídios para o melhor desenvolvimento e entendimento do funcionamento destes organismos sui generis, a exemplo da Kiva.org e do Instituto Banco Palmas.

Conclusão

O Instituto Palmas, que possui como slogan “um sistema integrado de crédito, produção, comércio, consumo e felicidade humana”, e a Kiva.org com o argumento máximo “faça um empréstimo, mude uma vida”, ambos disponíveis em suas plataformas para consulta pública, estão associados às características de fundação com movimentos “quase altruístas”, que facilitam o impacto social de seus negócios propostos. Todas as demais dimensões elencadas pelo modelo de negócios de economia de compartilhamento 5 estão presentes em ambos os casos: associação Kiva.org e Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Referências Bibliográficas

Cohen, B., & Kietzmann, J. (2014). Ride on! Mobility business models for the sharing economy. *Organization & Environment*, 27(3), 279–296. Muñoz, P; Cohen, B. (2017) Mapping out the sharing economy: A configurational approach to sharing business modeling. *Technological Forescasting & Social Change* Pupo, C. G. de P. (2018). Banco Comunitário Palmas: metodologia e análise geográfica do fenômeno. *Boletim Paulista De Geografia*, (98), 111–127. Sundararajan, A. (2016) *The sharing economy: The end of employment and the rise of crowd-based capitalism*. 1 ed. London: Mit Press.

Palavras Chave

Bancos Comunitários, Economia Compartilhada, Modelos de Negócios

BANCOS COMUNITÁRIOS COMO UM MODELO DE NEGÓCIO EM ECONOMIA COMPARTILHADA E ECOSISTEMAS DE INOVAÇÃO

Resumo

O presente artigo visa apresentar o Banco Comunitário como um modelo de negócios de Economia Compartilhada. Para tal, foram feitos levantamentos dos artigos científicos com a temática do Banco Comunitário com filtro para os artigos disponíveis nos periódicos Capes/Mec com essa temática, além de busca sistemática na biblioteca do Instituto Palmas. Deste modo, pretende-se mostrar que há uma falta de estudos em compreender os Bancos Comunitários como uma Economia Compartilhada com uso de plataformas e ecossistemas de inovação. O artigo, portanto, visa primeiro mostrar o que é um modelo de negócios em Economia Compartilhada, e, depois, propõe uma revisão de literatura sobre o Banco Comunitário, com ênfase em suas principais características, que o vinculam a uma rede em economia compartilhada, que propõe o uso de plataformas e ecossistemas de inovação.

Palavras-chave: bancos comunitários; economia compartilhada; plataformas;

1 Introdução

A grande preocupação hoje com sustentabilidade, hiperconsumo e questões relacionadas trazem a temática da Economia do Compartilhamento para o debate e estudo atual. As relações de consumo, hoje em dia, estão sendo desenvolvidas de maneira desenfreada, dentro de um sistema capitalista, onde os recursos são escassos e a produção acaba sendo limitada a disponibilidade de recursos (Bradshaw & Brook, 2014).

A resposta a todo esse movimento é a economia compartilhada, configurada como o próximo estágio da operação da economia (Cohen & Kietzmann, 2014). Assim, surgem diversos modelos de negócios entendidos como consumo colaborativo ou de economia de compartilhamento, que envolvem as ideias básicas de troca. Todo esse contexto atual advém de uma proposta mais sustentável.

As teorias econômicas formuladas e convencionadas do século XIX até meados do século XX entendem o crescimento econômico apenas medido pela quantidade de riqueza dos países ou sempre visando o lucro na eterna relação entre demanda e oferta, dentro dos mercados. Após seguidas crises e o aumento nas diferenças entre ricos e pobres, observado após a crise de 2008, é natural que surja um questionamento a respeito da fragilidade do paradigma econômico atual: como repensar o modelo de se ter a sociedade fundamentada sobre e somente pelo livre comércio, onde o consumo está no centro (Sundararajan, 2016). A economia compartilhada surge como uma alternativa viável de trabalho colaborativo, contendo o compartilhamento de ideias e práticas (Botsman & Rogers, 2009). Há inúmeras iniciativas que podem ser enquadradas dentro dessa prática, como a *Uber* e a *Airbnb* (Silva, 2020), e dentre estas destacam-se os Bancos Comunitários, insurgentes e em expansão na sociedade brasileira atual.

Neste artigo, bancos comunitários podem ser definidos como:

um serviço financeiro, de natureza comunitária, voltado para o apoio às economias populares de bairros e municípios com baixo índice de desenvolvimento econômico, que tem por base os princípios da Economia Solidária e oferece a população de baixa renda quatro serviços: o fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em Economia Solidária (Segundo, 2008, p.1).

Dentro da temática de Economia Compartilhada, definida aqui como relações sociais baseadas no compartilhamento de ideias e práticas, os pesquisadores buscam as lacunas que podem ser mais exploradas e aprofundadas. O objetivo deste artigo é compreender se os bancos comunitários são um modelo de economia compartilhada, que, em alguma medida,

envolvem o uso de inovação tecnológica/plataformas, em seu escopo de negócio. Para tal, pretende-se primeiramente apresentar o que é economia compartilhada e os modelos de negócio a essa prática associados e configurados, e num segundo momento explorar se o banco comunitário é um caso real de economia compartilhada, por meio de revisão de literatura. E, ao final, buscou-se evidenciar o histórico dos bancos comunitários no Brasil e seus desdobramentos em redes, perpassando pela temática de tecnologia social (uso de plataformas) que é a etapa em construção atualmente pelos entes envolvidos.

2 Referencial Teórico

Para esse artigo, define-se economia compartilhada como um sistema socioeconômico que possibilita um conjunto intermediário de trocas de bens e serviços entre indivíduos e organizações que visam aumentar a eficiência e a otimização de recursos subutilizados na sociedade (McLaren e Agyeman, 2015). Para Botsman e Rogers (2011), o compartilhamento chegou ao seu auge e sucesso pensados em três frentes: tecnologia, colaboração e a necessidade de que os produtos e serviços fossem mais eficientes, saindo da tradicional visão capitalista de consumo desenfreado. Apesar de já existirem práticas anteriores aos anos 2000 entendidas já como de “compartilhamento”, este modelo de desenvolvimento de negócios ganhou maior expressão na atualidade, devido a conectividade à Internet e pela tecnologia móvel “on-line” disponível e ao alcance de praticamente toda a população mundial (Shirado, 2019).

Nesse sentido, o ato de consumir passa a ser, portanto, mais que uma ação pura do capitalismo: há o desenvolvimento de um novo estilo de vida, onde a propriedade é substituída pelo direito de uso de bens e serviços para satisfazer às necessidades humanas (Rahman, 2016). O conceito de consumo colaborativo ou de economia compartilhada pode ser entendido ao se identificar as relações humanas na aquisição de bens e serviços, antes vislumbradas de maneira tradicional, e sendo a compra efetivada sem possibilidades de empréstimos ou divisões (Cohen & Muñoz, 2016). Na área de direito foi proposto o termo economia compartilhada em 2008, como sendo uma economia híbrida, composta pela economia comercial, com a troca de bens tangível ou intangível, que é regida pelo vínculo entre as pessoas, relacionadas emocionalmente, não levando em consideração as questões monetárias de maneira obrigatória. Os exemplos levantados nesse período sobre esta economia híbrida são as empresas com fins lucrativos que utilizam software de uso livre (compartilhado) para obter valor monetário (comercial) por meio de ações porta a porta (Lessig, 2008).

Para tal, podem ser entendidas sete dimensões distintas de compartilhamento de modelos de negócios dentro de economia compartilhada, sendo estes: 1) plataformas para colaboração, 2) recursos subutilizados, 3) interações porta a porta; 4) governança colaborativa; 5) missões; 6) financiamento alternativo; e 7) dependência tecnológica (Muñoz & Cohen, 2017). O levantamento feito destaca que plataforma, recursos e interação são usados de maneira intercambiável e podem desempenhar ambos os papéis. Logo abaixo segue breve explicação sobre cada dimensão explorada.

Plataformas de colaboração são definidas, no estudo, como as conexões digitais ou os recursos físicos distribuídos no compartilhamento de iniciativas destinadas a melhorar o atingimento do objetivo do negócio. Recursos subutilizados são os recursos que alguém possui a “posse” e que não são totalmente utilizados, e podem ser compartilhados; um grande exemplo disso é a mobilidade compartilhada (uso de carros e veículos para transporte de maneira compartilhada). Interações porta a porta entendidas como sendo a conexão entre dois pontos, que são ao mesmo tempo “cliente” e “fornecedor” (Botsman e Rogers, 2015).

Governança colaborativa, que veio para expandir o contexto da economia compartilhada para além das plataformas de compartilhamento, trazendo, com força para a temática, os modelos de base comunitária, enxergados dentro do paradigma de compartilhamento. Em missões são pensados fatores alternativos para a formação de novos empreendimentos, como o empreendedorismo social; ou sustentável; ou comunitário; entre outros; ou seja, que buscam o motivo e/ou significado para os fundadores das iniciativas de compartilhamento. Financiamento alternativo é a dimensão alternativa de financiamento, observadas em vários negócios atuais. Dependência tecnológica é relacionada ao compartilhamento de plataformas, e pelo uso de *Big Data*, e/ou outras tecnologias de informação e comunicação (Chase, 2015). Essas sete dimensões quando relacionadas, resultam em 5 tipos de modelos de negócios em economia compartilhada, conforme tabela abaixo.

Tabela 1
Percepções da tipologia do modelo de negócio

Inquérito	1	2	3	4	5
Causas do Modelo de Negócios emergente	Buscando soluções escaláveis com expectativas de investidores de capital de risco.	Esse tipo é impulsionado por uma lógica de eficiência subjacente, buscando otimizar recursos subutilizados.	O reconhecimento de eficiências que podem ser obtidas a partir de modelos de otimização de recursos da empresa.	O desejo de otimizar recursos a nível local.	Fundadores com movimentos quase altruístas de aplicação de tecnologia para facilitar o impacto social e/ou ecológico.
Características conectadas	A dependência da tecnologia e o foco pesado na interação Ponto a Ponto são o que facilita a escalabilidade da maioria dos modelos de negócios de compartilhamento. Enquanto isso, finanças alternativas e governança colaborativa restringiriam o ritmo de escala.	Para alcançar os resultados desejados de otimização de recursos subutilizados, o foco significativo na tecnologia e na atividade Ponto a Ponto para o compartilhamento de recursos do usuário final são fundamentais.	Esse tipo combina plataformas tecnológicas com recursos adquiridos pela empresa para compartilhamento generalizado pelos usuários.	Nenhum dos fatores identificados precisa estar presente para permitir que o Tipo 4 funcione.	Nesse tipo, as empresas aproveitam todos os recursos menos subutilizados para facilitar o compartilhamento entre pares.
Resultado da configuração do Modelo de Negócios	Soluções escaláveis apoiadas por uma plataforma de intermediação forte.	Modelos escaláveis para otimização de recursos, embora sejam modelos potencialmente menos atraentes para investidores externos.	Do compartilhamento de carros ao compartilhamento de roupas, este modelo permite o controle não só da plataforma, mas dos recursos a serem compartilhados. Embora o investimento necessário para este modelo seja maior que o Tipo 1, ele ainda pode ser escalável ao permitir o controle de qualidade.	Compartilhamento altamente localizado, de baixa tecnologia, principalmente baseado no espaço.	O potencial impacto global nas comunidades, embora a atratividade para os investidores tradicionais possa ser baixa.

Fonte: adaptado de Muñoz, P; Cohen, B. (2017) Mapping out the sharing economy: A configurational approach to sharing business modeling. *Technological Forecasting & Social Change*, p. 29.

Estes modelos de negócios elencados acima podem ser, portanto, entendidos com a existência (ou não) das sete dimensões expostas. Em resumo, o modelo de negócios I pressupõe ter interação e tecnologia, juntamente com governança e recursos em um modelo de negócios desenhado para as multidões (exemplo: *Airbnb*). Já o modelo de negócios II combina a presença de algumas condições, sendo estas: interação, recursos e tecnologia, e também missão (exemplo: *BlaBlaCar*). O modelo de negócios III está atrelado a existência de recursos e tecnologias, configurando também um modelo de negócios para as multidões. Os modelos de negócios IV e V são considerados como combinações únicas e de cobertura bruta baixa. O modelo de negócios IV possui apenas o compartilhamento de baixa tecnologia. E o modelo de negócios V possui as dimensões de tecnologia e de interação, além de possuir as de financiamento, de missão e de governança em seu escopo, não possuindo apenas recursos, entre todas as dimensões apresentadas para um modelo de negócios de economia de compartilhamento. Essas condições do modelo V são consideradas como modelo utópico de

economia compartilhada, idealizado pela mídia, mas não intuitivo empiricamente (Muñoz & Cohen, 2017). Seguem exemplos destes 5 modelos de negócios, na Tabela 2, abaixo.

Tabela 2

Resumo dos casos e modelos de negócios

Tecnologia baseada em multidões	Consumo colaborativo	Negócios para multidões	Compartilhamento do espaço com uso de baixa tecnologia	Compartilhamento utópico
Instacart	Left over Swap*	Rent the	Prep Atlanta	Kiva
Musketeer	Bla Car	Runway	Talent Garden	
Etsy	Vandebon	Cargomatic		
Nimber	Muni Rent*	Cohealo		
Upwork	Nimber	Fon^		
Left over	Yerdle*	Task		
Swap*	Share your meal	Rappid^		
Bla Car*	Warp it	Vint^		
Vandebon				
Ok Coin				
Task Rabbit*				
Maven				
Udacity				
Muni Rent*				
Kickstarter				
Airbnb				
Vint^				
Mosaic				
Yerdle*				
Skillshare				
Fon^				

Fonte: adaptado de Muñoz, P; Cohen, B. (2017) Mapping out the sharing economy: A configurational approach to sharing business modeling. *Technological Forecasting & Social Change*, p. 30.

^Casos sobrepostos entre as soluções 1 e 3

*Casos sobrepostos entre as soluções 2 e 3

Conforme os dados apresentados nas tabelas acima, percebe-se que apenas um único caso do modelo de negócios V, chamado utópico, foi encontrado no levantamento, sendo este o da *kiva.org*, fundada em São Francisco (Califórnia, Estados Unidos), que é uma plataforma de micro empréstimos porta a porta. A organização *Kiva* permite pequenos empréstimos (microcrédito, geralmente múltiplos de 25 dólares), para pequenas iniciativas ou negócios, em países em desenvolvimento, e não possui fins lucrativos, sendo intermediária na concessão de microcrédito (possui parcerias com grandes empresas). Segundo a plataforma *kiva.org*, em consulta efetuada em 05 de dezembro de 2021, até fevereiro de 2017 foi gerado US\$ 1 bilhão (USD), desde sua fundação em 2005, a partir de 1,5 milhão de credores. A tecnologia utilizada na *kiva.org* desempenha um papel não apenas na facilitação dos empréstimos, mas também no acompanhamento do progresso dos microempreendedores, e no sucesso das iniciativas nas comunidades que atende.

No que tange o aspecto de inovação, dentro desse contexto de modelos de negócio de Economia Compartilhada, entende-se como sendo um novo bem ou uma nova qualidade de um bem, podendo ser um novo método de produção, abertura de um novo mercado, o que, de fato, é visto e compreendido no modelo de utilização hoje na *Kiva.org* e similar nos Bancos Comunitários (Schumpeter, 1997). Segundo Tidd (2015, p. 5), “ideias novas – quer seja (...) os esquemas de financiamento de microcrédito em Bangladesh – têm o potencial de mudar a qualidade de vida e o acesso a oportunidades para algumas pessoas das regiões mais pobres do mundo”, intuito este também dos Bancos Comunitários do Brasil, e de organizações como a *Kiva.org*, nos Estados Unidos. Tais características são vislumbradas no modelo 5 ilustrado na Tabela 1, modelo chamado de Compartilhamento Utópico, correspondente a Organização *Kiva.org*, elencada na Tabela 2.

3 Metodologia

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é caracterizada como qualitativa, visto que busca compreender a lógica de processos e estruturas sociais, a partir de análises em profundidade de um ou poucos casos particulares (Alonso, 2016).

No que tange sua finalidade, a pesquisa será exploratória, definida como aquela que tem o objetivo de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, pensando a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores, e descritiva, pois terá como propósito descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (Gil, 2008). Finalmente, abordando o procedimento da pesquisa, destaca-se seu caráter bibliográfico e documental, sendo, portanto, uma revisão de literatura, tendo a Rede de Bancos Comunitários do Brasil como objeto central e seus desdobramentos como objeto secundário.

Conforme Martins & Bicudo (1989, p. 24), a experiência de um determinado aspecto da realidade é tida como “uma relação entre aquilo que é experienciado e aquele que está experienciando”, e outra contextual, com a ideia de que seja possível compreender os fenômenos partindo do modo “como ele se relaciona com as demais entidades com as quais está no contexto onde aparece”.

Para tal, partiu-se do referencial teórico citado na parte anterior deste artigo, que traz a conceitualização dos modelos de negócios de Economia Compartilhada (Muñoz & Cohen, 2017), no que tange principalmente ao uso de plataformas e inovação, e de uma busca sistemática na plataforma “*Periódicos Capes/Mec*” efetuada em dezembro de 2021, tendo como foco os termos “*Banco Comunitário*”, em busca por assunto. Desta busca, foram filtrados 18 artigos. Os resultados obtidos desta pesquisa efetuada por assunto, pelo termo “banco comunitário” (18 trabalhos de pesquisa como objeto inicial de estudo sobre o tema) foram quantificados e qualificados de acordo com categorias em temas. O método de pesquisa utilizado foi a análise de conteúdo clássica, onde “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 2011, p. 47).

Em busca de publicações sobre o tema em <https://www.institutobancopalmas.org/artigos-e-pesquisas-academicos/>, foram encontrados em 05 de dezembro de 2021: 10 pesquisas em português, 15 artigos em português, 9 pesquisas em inglês, 6 artigos em inglês, 1 pesquisa em francês, 2 artigos em francês, 2 pesquisas em espanhol, e 1 artigo em espanhol, sendo todas essas publicações de caráter público. O sítio do Instituto Palmas traz também 6 publicações, em diversos idiomas, de caráter privado (pago). Deste modo, a consulta a tal acervo se faz de maneira eficaz para aqueles que buscam bibliografia que tratam da questão dos Bancos Comunitários como centro.

4 Análise e Discussão dos Resultados

Dentre os artigos pesquisados por assunto nos Periódicos Capes/Mec, nenhum deles mostrou a relação entre economia compartilhada e a configuração dos bancos comunitários especificamente. Dos 18 artigos filtrados, foram excluídos 4, sendo: 2 artigos repetidos na referida busca, e 2 que traziam as palavras banco e comunitário em diferentes partes do texto, não sendo, portanto, do escopo da pesquisa proposto.

Dos artigos restantes (14 artigos no total), 3 artigos tratam de temas ligados a educação financeira em geral e a relação com os bancos comunitários, ou seja, não trazem à luz a temática proposta por este artigo. Sendo assim, restaram apenas 14 artigos do referido filtro

que, de alguma forma, trazem a temática dos bancos comunitários como agentes de economia solidária, sendo atores de desenvolvimento local (empreendimento social), e fornecedor de microcrédito local. Dentre estes 14 artigos, apenas 2 deles trazem para a discussão o ecossistema da plataforma e as taxonomias para a sua implementação como comunidades digitais de empreendedorismo social, característica principal e essencial para a categorização de bancos comunitários dentro do Tipo 5 dos modelos de Economia Compartilhada definidos por Muñoz & Cohen (2017). Desta maneira, fica evidente que esse foco de pesquisa está em seu início, e, portanto, sendo de extrema importância o desenvolvimento de mais pesquisa nessa área. Tais artigos podem ser vistos na tabela 3, que traz a classificação em temas de todos os artigos levantados (14 artigos focais) em pesquisa aos Periódicos Capes/Mec.

Tabela 3

Quantidade de Artigos “Periódicos da Capes” pelo assunto Banco Comunitário por temas

Relação entre Educação Financeira e Bancos Comunitários	Relação entre Desenvolvimento Local e Bancos Comunitários	Plataformas e Ecossistemas de Inovação e Bancos Comunitários
Meneghetti, R. C. G.; & Barrofalda, R. de C. Z. B. (2015). Práticas Efetivas em Educação Matemática no contexto de um banco comunitário. <i>Boletim de Educação Matemática</i> , Vol.29(53), pp.809-827	Rigo, A. S.; & França Filho, G. C. de. (2017) O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no “bairro da economia solidária”. <i>Cadernos EBAPE.BR</i> , Vol.15(1), pp.169-193	Cernev, A. K.; Diniz, E. H. (2020). Palmas para o E-Dinheiro! A Evolução Digital de uma Moeda Social Local, Vol. 24 (5), p. 487-506.
Rigo, A. S.; & Do Nascimento, I. R. T.; & De Medeiros Brandao, P. (2018). Like father, like son? Collective decisions taking into account family relations/tal pai, tal filho? Decisões coletivas tendo em conta relações familiares (teaching case/caso de ensino). <i>Administração: Ensino e Pesquisa RAEP</i> , Vol.19(1), p.135(26)	Mostagi, N. C.; Pires, L. de L.; Mahnic, C. de L. P.; Santos, L. M. L. Dos. (2019) Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local. Vo. 20 (1). P; 111-124.	Diniz, E. H.; Cernev, A. K.; Nascimento, E. (2016). Mobile social Money: na exploratory study of the views of managers of Community bank. Vol. 51 (3), p. 299-309.
Tafuri, D. M.; & Gonçalves Júnior, L. (2015) Educação, cultura e economia solidária: a experiência dos trabalhadores do banco nascente/Education, culture and solidarity economy: the experience of workers of Nascente Bank. <i>Trabalho & educação</i> , Vol.24(1)	De Souza, P; A. R.; Da Silva, V. G.; Da Costa, S. R. (2017) Performance of microcredit banks: the offering process in the credit agents perspective/Desempenho de bancos de microcrédito: o processo de oferta na perspectiva dos agentes de crédito. Vol. 39 (1), p. 1.	
	França Filho, G. C. de; Silva Junior, J. T.; Rigo, A. S. (2012) Solidarity finance through Community development banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas. <i>Revista de administração (São Paulo)</i> , Vol. 47(3), p. 500-515.	
	Correia, S. E. N.; Batista, L. F. (2021). Collective capabilities in social inoovation in the light of the 5C Cycle: An analysis of the Paraíba Network of Community Banks. <i>Contextus (Fortaleza)</i> , Vol. 19 (jan/dez 2021), p. 71-87.	
	Rigo, A. S.; Cardoso Cançado, A.; Silva Jr, J. T. (2019) Desafios e potencialidades das moedas complementares: explorando sua utilização e significado para o desenvolvimento. <i>Revista Tecnologia e Sociedade</i> , Vol. 15 (38)	
	De Paula, C. G. (2015). Bancos Comunitários e Moedas Locais. <i>Continentes</i> , Vol.1 (7).	
	Silva, D. J.; Rangel, T. L. V. Redistribuição e reciprocidade na realidade dos bancos comunitários: o caso do banco preventório e do banco comunitário popular de Maricá/RJ. (2016). <i>Lex humana (Petrópolis, RJ, Brasil)</i> , Vol. 8 (1), p. 118/140.	
	Maia, M. Economia solidária e o microcrédito no Brasil: avanços ou insuficiências. (2014) <i>Revista da Administração de Roraima</i> , Vol. 4 (1), p. 119-133.	

Fonte: elaboração própria.

A economia solidária, tema amplamente explorado nos artigos filtrados nesta pesquisa, alternativamente à ideia de economia utilitarista, quando pensada na área das finanças solidárias (Singer, 2002), pressupõe que os atores sociais envolvidos criam as iniciativas de inovação social, chamadas de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD’s). Tais instituições são solidárias, comunitárias e associativas, e têm o intuito de reorganizar economias locais, desenvolvendo, assim, trabalho e renda. Deste modo, busca-se uma nova lógica financeira nos locais de atuação, que resulta, ao final, no desenvolvimento social e

econômico local. Os bancos comunitários representam, assim, instrumentos importantes das comunidades em que estão inseridos (Segundo, J.J.N.M & Magalhães, 2009).

As moedas sociais (locais) e os bancos comunitários são o maior exemplo de “finanças solidárias”, este sendo um campo diversificado de modos de organização com vistas ao desenvolvimento de localidades mais empobrecidas (França Filho, 2015). Conforme descrito pelo quinto modelo de economia compartilhada proposto, o chamado modelo utópico, com a combinação de tecnologia e interação (condições principais); e financiamento, missão e governança (condições periféricas) com a ausência de recursos (também condição periférica), (Muñoz & Cohen, 2017), os bancos comunitários são sugeridos como possuidores de todas estas características, e possuem como finalidade primeira promover o bem-estar social e satisfazer as necessidades sociais das pessoas. Os bancos comunitários não possuem lucros privativos e geram mudança social (Medeiros, Machado, Pereira, Costa, & Gomez, 2017).

Do ponto de vista legal, os bancos comunitários são vistos como uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) de Microcrédito (De Paula, 2013), classificação similar, se for observado atentamente, ao exemplo da *Kiva.org* (Muñoz & Cohen, 2017). Em outras palavras, tanto os bancos comunitários (a exemplo do Banco Palmas) como a Organização Kiva exercem atividades que, a priori, deveriam ser desempenhadas pela esfera pública. Sendo assim, são consideradas também organizações de solidariedade, conforme os artigos elencados.

Os bancos comunitários, como pode ser percebido nessa pequena contextualização apresentada, fornecem serviços de micro finanças, ou seja, serviços bancários a pessoas físicas ou jurídicas que não possuíam esse tipo de serviço anteriormente (Khavul, 2010). Estes serviços visam melhorar a infraestrutura local e apoiar os empresários e o desenvolvimento econômico da região, num propósito similar ao sugerido pela plataforma *Kiva.org*, como descrito anteriormente neste estudo.

O Brasil é um dos pioneiros em microcrédito, com a criação do Programa UNO – União Nordestina de Assistência a Pequenas Propriedades, em Pernambuco em 1983; em 1987 foi criado o Centro de Apoio ao Pequeno Empreendedor Ana Terra no Rio Grande do Sul - CEAPE/RS, modelo posteriormente adotado em outros Estados; em 1989 o Banco da Mulher/Seção – Bahia passou a trabalhar com microcrédito e posteriormente ampliou seu atendimento ao público masculino (Ribeiro, 2009).

O primeiro banco comunitário do Brasil foi o Banco Palmas, que começou a sua atividade em 1998. A comunidade do conjunto Palmeiras, em Fortaleza (Ceará, Brasil) não possuía condições de se autossustentar no local, e, por isso, foi iniciada a emigração da localidade, em busca de outra região para moradia, com melhores condições. Uma pesquisa intitulada “mapa da produção e consumo local” mostrou que a comunidade, com cerca de 25.000 pessoas, gastava R\$ 1,2 milhão em compras, sendo que 80% desse consumo vinha de produtos de outros bairros (Silva Junior, 2004).

O primeiro valor de dinheiro recebido, em doação, pelo Banco Palmas adveio da organização Cearah Periferia (Organização Não Governamental) que tinha a finalidade de melhora nas condições de moradia nos bairros ao redor da cidade de Fortaleza, Ceará. O articulador desta atividade foi Joaquim de Melo, que era padre na igreja local, e hoje é o articulador maior da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Com o recebimento do valor de R\$ 2.000,00 para o início do Banco Palmas, as atividades de circularidade no bairro foram iniciadas (Silva Junior, 2004). Depois, o Banco Palmas recebeu uma segunda onda de recursos, em forma de doação, no valor de R\$ 51.302,00, recebido da Organização Inter eclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO) para a construção de um prédio que se transformou na Escola Comunitária de Socio economia Solidária (Palmatech). Parte deste montante se transformou na moeda local (Palmas), que foi utilizada, neste primeiro

momento, para o pagamento dos salários dos funcionários do Banco Palmas (P\$). O Banco Palmas, portanto, passou a possuir uma rede de financiadores/parceiros, para os quais são apresentados relatórios sobre o uso dos valores emprestados junto ao banco (Sítio Instituto Banco Palmas, 2021).

Inicialmente, foi criado pelo Banco Palmas um sistema econômico no bairro por meio de uma linha de microcrédito alternativo para produtores e consumidores usando instrumentos de incentivo para o consumo local com cartão de crédito e moeda social circulante, e com novas formas de comercialização, como feiras e lojas solidárias (De Paula, 2013). Em 2003, os moradores do Conjunto Palmeiras criam o Instituto Palmas com o intuito de servir de apoio para o Banco Palmas e para ser suporte para os próximos bancos comunitários que ainda iriam surgir. Em 2006, em Parceria entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Instituto Palmas, surge a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBC). Foi idealizado um convênio entre o Banco Palmas e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), e com isso o Banco Palmas obteve uma carteira de crédito no valor e R\$ 700.000,00 e passou a intermediar o Banco Popular do Brasil e as regiões que mais necessitavam deste crédito, sendo a maioria delas polarizadas no nordeste brasileiro (Braz, 2014).

O dinheiro local, em papel moeda, chamado de Palmas foi lançado em 2000, na paridade de um para um em relação a moeda nacional (real). Esta iniciativa tinha o intuito de concentrar o consumo da comunidade no local, trazendo a concentração de compras para dentro do bairro Palmeira. Segue, abaixo, a Figura 1 com a moeda Palmas, em papel.



Figura 1. Moeda Palmas.

Fonte: Instituto Palmas (2019) em Cernev, A. K.; Diniz, E. H. (2020). Palmas para o E-Dinheiro! A Evolução Digital de uma Moeda Social Local, Vol. 24 (5), p. 495.

Políticas de fomento e parcerias acabaram sendo as maiores fontes de lastreio do *funding* do Banco Palmas, pioneiro no Brasil, e modelo para os demais bancos comunitários em fundação, conforme mostrado na figura abaixo.



Figura 2. Instituições Financeiras e Parcerias do Instituto Palmas (1998-2010)

Fonte: Pupo, C. G. de P. (2018). Banco Comunitário Palmas: metodologia e análise geográfica do fenômeno. *Boletim Paulista De Geografia*, (98), 111–127. Recuperado de <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1157>, p. 123.

Em 2007 é formalizada a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, que possuía os mesmos objetivos do Instituto Palmas, ou seja, “promover e difundir a economia solidária, compartilhar conhecimentos e tecnologias e coordenar a busca por recursos financeiros para

seus empréstimos, apoiando líderes locais na criação e gestão de novos bancos comunitários” (Cernev, Diniz, 2020).

Em 2010, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, montou um projeto piloto de pagamento do benefício do Bolsa Família via celular (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010). Porém, tal projeto foi suspenso. Em 2011, a Caixa Econômica Federal promoveu um projeto piloto orientado para pessoal de renda baixa para beneficiários do Bolsa Família, em conjunto com a Mastercard, a Redecard, a Vivo e o Banco Palmas, intitulada Mastercard Mobile. Porém, o projeto não prosperou, e foi abandonado em 2013. Meses depois foi sugerido uma aproximação do Banco Palmas com a *Moneyclip*, empresa de tecnologia de Brasília que já desenvolvia um aplicativo para pagamentos móveis, por intermédio informal do Ministério de Desenvolvimento Social. Este projeto previa, portanto, a digitização da moeda social local, que significa, em resumo, transformar um processo analógico em uma forma digital, sem qualquer alteração diferente no próprio processo (Schallmo, D. R.; Williams, C. A. R.; Quadros, R.; Franco, M. M. V., 2021). Nesse projeto, a dimensão tecnológica foi deixada para a empresa parceira, e, desse modo, surgiu o Palmas E-Dinheiro (Diniz, 2013).

O E-dinheiro objetivava simultaneamente digitalizar a moeda Palmas, que circulava em papel moeda, e também melhorar os serviços financeiros do banco comunitário e promover a inclusão financeira na região, em uma maior dimensão, ou seja, promover a digitalização do processo, que consiste basicamente em usar tecnologias digitais para mudar o modelo de negócios e fornecer novas oportunidades de produção de valor (Schallmo, D. R.; Williams, C. A. R.; Quadros, R.; Franco, M. M. V., 2021). Com a adoção de uma plataforma digital, poderiam ser oferecidos “serviços como pagamentos de contas, transferência eletrônica de dinheiro (inclusive entre pessoas), consultas a saldos e extratos, recarga de celular pré-pago, comunicação dirigida e gráficos de uso, úteis nas iniciativas de educação financeira” (Cernev, Diniz, 2020, p. 490). Além disso, as informações da plataforma, poderiam auxiliar o banco no processo de concessão de empréstimos e gerir melhor a moeda circulante (Diniz, 2016). Enfim, foram feitas mudanças fundamentais nas operações e modelos de negócios do Banco Palmas, embasado no conhecimento novo obtido por meio dessa iniciativa de digitalização, que gerou valor agregado para as atividades desenvolvidas pelo banco comunitário.

Em 2015, o Banco Palmas lança o serviço de pagamentos móveis Palmas E-Dinheiro. O serviço foi oferecido no sistema de parceria em *revenue sharing* com a *Moneyclip*, com divisão igual de receitas no empreendimento. Deste modo, com a adoção de uma plataforma digital, poderiam ser oferecidos serviços como pagamento de contas, transferência eletrônica de dinheiro. O serviço foi oferecido de acordo com a lei 12.865/2013, que regulamenta arranjos e instituições, sendo também um serviço híbrido de “*mobile payments e mobile money*” (Cernev, Diniz, 2020).

Enquanto a empresa parceira (*Moneyclip*) ficaria responsável pelo desenvolvimento, manutenção e suporte tecnológico de alto nível, o Banco Palmas administraria o negócio junto a comunidade, desde a divulgação e cadastramento dos participantes até a gestão financeira e expansão do empreendimento (Cernev, Diniz, 2020, p. 490).

A tecnologia implantada era de uma plataforma digital, possuindo duas versões: um aplicativo, para *smartphones*, o qual incluía serviços de pagamentos, transferências, extratos, entre outros, conforme figura 3, e outro via comandos SMS e USSD, diretamente nos celulares, limitado a consulta de saldo e transferências. O E-dinheiro também foi formatado como uma conta corrente digital, vinculada ao número de telefone celular.

Tal tecnologia não gera custos aos usuários, inclusive para pagamentos entre as pessoas. Para os comerciantes, é cobrada taxa de administração de 2% sobre o valor da transação, acrescido de 1% sobre transferências para uma conta bancária ou saques em espécie. Tal

serviço dispensa o uso de máquinas de captura, não tendo, portanto, este custo. Mesmo com essa tarifa de 3%, o serviço ainda era mais atrativo que o ofertado pelo mercado de cartões do Brasil. Outros custos para utilização dos usuários estavam atrelados ao custo de compra de um celular e/ou smartphone, e também de tarifação de utilização de dados móveis (recebimento de mensagens e/ou uso de *internet*). Deste modo, o Banco Palmas começou a oferecer empréstimos para aquisição de telefones celulares, e também ativou redes *Wi-Fi* em vários locais do Conjunto Palmeiras, que ofereciam gratuitamente acesso a *Internet*. No final de 2016, 2.477 pessoas já usavam a plataforma, em 166 comércios, movimentando cerca de R\$ 10,5 milhões (Cernev, Diniz, 2020).



Figura 3. Plataforma E-Dinheiro e funções do aplicativo para smartphones.

Fonte: <https://edinheiro.net.br/> recuperado em 01/04/2020. em Cernev, A. K.; Diniz, E. H. (2020). Palmas para o E-Dinheiro! A Evolução Digital de uma Moeda Social Local, Vol. 24 (5), p. 495.

Em 2016, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, por intermédio do Instituto Palmas, adquiriu o Sistema E-dinheiro, com todas as ferramentas da plataforma, incluso o *internet banking*, as marcas e patentes, via recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). A plataforma pertencia a empresa *Moneyclip*, que foi a criadora do sistema E-dinheiro e parceira da Rede de Bancos Comunitários. Segundo o Instituto Banco Palmas, recuperado em dezembro 01, 2021, em <https://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios-compra-plataforma-e-dinheiro/>:

Com a compra da Plataforma, temos agora um Banco Digital de propriedade exclusiva da rede de Bancos Comunitários a disposição da Economia Solidária e do povo brasileiro, oferecendo uma variedade de serviços financeiros e bancários, dentro dos marcos regulatórios do Banco Central. Essa aquisição nos faz avançar para o diálogo com o Governo Federal, estadual e municipal na perspectiva de pagarmos via Banco Comunitário Digital vários serviços públicos, como aposentadorias, bolsa família, salários e outros.

Nesse momento, a perspectiva da Rede Brasileira de Bancos Comunitários é tornar a Plataforma E-dinheiro como o Banco Digital das Finanças Solidárias, trazendo para dentro do sistema além dos Bancos Comunitários, os Fundos Solidários e as Cooperativas de Crédito.

Assim há um grande ecossistema de conexão/ inovação que mantém relação entre os usuários e a Rede de Bancos Comunitários do Brasil, sendo o Instituto E-dinheiro Brasil o responsável pela Plataforma digital E-dinheiro. Tais características são, para além de uma economia solidária, também necessárias para a implantação do chamado modelo de negócios em economia compartilhada, baseado em implantação de plataformas e inovação tecnológica.

Conforme levantamento do Instituto Palmas em 2014, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários era formada por 103 bancos, ilustrada na figura abaixo, com disposição de quantitativo entre estados brasileiros. Em 2019, já eram 117 bancos comunitários no Brasil, presentes em 20 estados e em 80 municípios. Recentemente vem sendo feito um levantamento dos bancos comunitários do Brasil, onde são identificados aproximadamente 140 iniciativas de bancos comunitários que integram a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (Pupo, 2020).



Figura 4. Mapa da rede dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil

Fonte: Instituto Banco Palmas (2014)

Em 2017, a *Moneyclip* anunciou o encerramento da parceria com o Instituto Palmas, devido aos resultados financeiros baixos do projeto, e colocaram o preço de venda em R\$ 800.000,00 pela plataforma tecnológica. Em 09 de novembro de 2017, foi comprado o direito de uso da plataforma digital da *Moneyclip* pelo valor de R\$ 140.000,00, via recursos do BNDES. A empresa *Moneyclip* encerrou suas atividades e foi sucedida pela *Moneycloud*, não tendo mais o acordo de *revenue sharing*, mas ainda sendo a possuidora da propriedade intelectual dos códigos-fontes e seus *softwares* (Cernev, Diniz, 2020).

Com a finalidade de alcançarem um objetivo comum, os bancos comunitários fazem uso da plataforma E-dinheiro, e se associam numa rede brasileira de bancos comunitários, também via plataforma, a qual está em teste experimental a partir de junho de 2021, para a concessão de empréstimos via um fundo nacional de créditos da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (portal de crédito), conforme informações do Instituto Palmas (recuperado em 06 de dezembro de 2021). Segue, abaixo, na tabela 4, comparativo entre o meio de pagamento E-dinheiro e outras tecnologias/modalidades existentes no mercado, que são de alguma forma similares, porém, possuem diferenças em seus formatos de implementação e uso.

Tabela 4

Comparativo entre o E-dinheiro e outros serviços de m-payment

	<i>E-Dinheiro</i>	<i>Outro Serviço</i>
<i>Público-alvo</i>	Baixa renda, com menos experiência tecnológica	Maior renda, com mais experiência tecnológica
<i>Abrangência</i>	Local, no território	Nacional ou internacional
<i>Propósito</i>	Inclusão financeira e desenvolvimento local	Meio de pagamento alternativo, gerando ganhos ao empreendedor
<i>Tecnologia</i>	<i>Smartphone</i> básico e celular simples (<i>low-end</i>)	<i>Smartphone high-end</i>
<i>Proprietário</i>	Banco Comunitário	Banco de Varejo ou <i>fintech</i>
<i>Plataforma</i>	Desenvolvida por terceiro (<i>Moneyclip</i>)	Geralmente desenvolvida e gerida no próprio empreendimento
<i>Governança</i>	Modular, compartilhada	Monolítica, centralizada
<i>Valor percebido</i>	Desenvolvimento local e utilidade	Utilidade, facilidade de uso, conveniência

Fonte: Cernev, A. K.; Diniz, E. H. (2020). Palmas para o E-Dinheiro! A Evolução Digital de uma Moeda Social Local, Vol. 24 (5), p. 501.

Como dado importante, é preciso destacar que em 2010, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) firmou contrato com o Instituto Palmas no valor de R\$ 3 milhões para operações de crédito junto a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, com 3 anos de carência, e juros mensal em torno de 0,8%, com pagamento finalizado em novembro de 2021. Destes R\$ 3 milhões, o BNDES repassou diretamente ao Banco Palmas R\$ 1,7 milhões, com os quais foram feitos 15.300 contratos para 5.607 empreendimentos de economia circular, tendo um total em volume de empréstimos em R\$ 14 milhões. Tal circularidade somente foi possível devido a metodologia da moeda social, giro rápido e compras nas empresas locais. Foram pagos pelo Banco Palmas ao BNDES R\$ 2,4 milhões entre juros e amortização do empréstimo no período (Instituto Palmas, 2021).

Deste modo, desde o início da criação do Banco Palmas em 1998, em Fortaleza, Ceará (Brasil) e da moeda Palmas em 2000, alguns estudos foram traçados para descrever e interpretar esta experiência singular de busca pelo desenvolvimento de maneira territorial (Borges, 2011; França Filho e Silva Junior, 2009), porém não há muitos estudos sobre a implementação tecnológica nos bancos comunitários, como destacado anteriormente pela busca sistemática na plataforma “*Periódicos Capes/Mec*”.

A temática dos bancos comunitários e o desenvolvimento de moedas sociais, apesar de ser um tema de estudo recente de pesquisa acadêmica, têm aumentado em números no Brasil. Os campos de conhecimento atrelados a essa temática, como vistos nos textos estudados, são voltados para o campo de suas relações econômicas (Souza, 2016); o entendimento da dinâmica dos organismos (Silva Júnior, 2004); a questão de sociabilidade (ferramenta social e de educação financeira) e a dinâmica criada no local (Braz, 2014), e não necessariamente atrelados a questão de inovação e tecnologia e/ou modelos de economia compartilhada, como configurado anteriormente.

5 Considerações Finais

O Instituto Palmas, que possui como *slogan* “um sistema integrado de crédito, produção, comércio, consumo e felicidade humana”, e a Kiva.org com o argumento máximo “faça um empréstimo, mude uma vida”, ambos disponíveis em suas plataformas para consulta pública, estão associados às características de fundação com movimentos “quase altruístas”, que facilitam o impacto social de seus negócios propostos, integrando o chamado nicho de Tecnologia Social. Inclusive o Banco Palmas recebeu algumas premiações, como em 2005, que ganhou o prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, que serviu de incentivo para novos bancos comunitários no Brasil. Em 2008, o Banco Palmas também recebeu o prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil (ODM), em parceria entre Presidência da República com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud); e no mesmo ano de 2008 recebeu o Prêmio Finep de Tecnologia Social na categoria nacional (Instituto Palmas, 2021).

Busca-se, nesse sentido, o desenvolvimento, mas não somente em torno de fluxos de capital, de produtividade e de tecnologia, mas também temas de interação e união de propósitos, com o intuito de gerar novos caminhos em tecnologias sociais capazes de desenvolver o local (Castells, 1999). Deste modo, a economia de compartilhamento vislumbrada por intermédio dos Bancos Comunitários em sua plataforma tecnológica se torna um meio eficaz, e não há muitos estudos nesse sentido na literatura, conforme constatado anteriormente.

Nesses casos há, portanto, um impacto global em potencial nas comunidades mais carentes, de baixa atratividade para os investidores tradicionais. Assim, em 2011, o Banco Central (Bacen) publicou Nota Técnica PDGBC 387/2011, que reconhecia formalmente que as moedas sociais, a exemplo da Palmas, como sendo “um importante instrumento para a inclusão financeira dos mais pobres” (Cernev, Diniz, 2020, p. 496).

Já Na *kiva.org*, organização apresentada anteriormente, uma pessoa pode emprestar 25 dólares pessoais para um projeto global com um propósito sustentável e receber cerca de 96% de volta, como reembolso, colocando assim o dinheiro em circulação, segundo o próprio sítio *kiva.org* (recuperado em 05 de dezembro de 2021). Desta maneira, a pessoa pode optar por um mutuário escolhendo, portanto, uma causa para o investimento, em um modelo *crowdfunding* (financiamento coletivo) com reembolso.

O objetivo proposto pela plataforma *kiva.org* é o de trazer a inclusão financeira, com o poder de melhorar as vidas das pessoas, como objetivo principal, sendo uma organização sem

fins lucrativos internacional, com a missão de expandir o acesso financeiro para ajudar comunidades mais carentes a prosperar, sendo, também esta a finalidade última dos bancos comunitários, como argumentado anteriormente. O diferencial do modelo proposto pela Kiva.org é o fato de ser um empréstimo e não uma doação, o que a assemelha ao propósito dos bancos comunitários, que fornecem empréstimos para o fomento local: apenas a maneira de levantamento de *funding* de ambos é a principal diferença, além de sua abrangência (plataforma *kiva.org* conecta mutuários ao redor do mundo, enquanto o a Rede Brasileira de Bancos Comunitários operacionaliza empréstimos para a população do Brasil, ainda em caráter experimental, por meio de um portal de crédito).

Porém, atualmente, há estudos incipientes que trazem a questão de levantamento de fundos para os bancos comunitários por meio de “investidores sociais”, similar ao modelo de *crowdfunding*, proposto pela *kiva.org*, e também a proposta, em caráter ainda experimental, da formação de um portal de crédito, que envolverá toda a rede brasileira de bancos comunitários, por meio da junção de seus fundos rotativos solidários. Tal avanço tecnológico ainda está em fase de implementação e aprendizado, o que sugere que novos estudos nesse sentido se fazem necessário.

Assim, a inovação perpassa a esfera de combinações de recursos, sejam estes materiais, humanos, organizacionais e/ou de conhecimento, buscando novas formas de organização na qual gere entrega de valor. O desenvolvimento desse modelo em inovação envolve etapas de busca, seleção, implementação e aprendizado (Katsuta, Quadros; 2019), as quais foram passadas, de certa maneira, na formatação da esfera do E-dinheiro junto aos Bancos Comunitários no Brasil.

O aporte de *funding* por meio dos bancos comunitários, conforme apresentado anteriormente, é feito por meio de editais governamentais (escassos no momento atual), doações (de pessoas físicas, jurídicas ou entidades parceiras), o rastreamento do E-dinheiro (percentual repassado aos bancos comunitários devido a movimentação diária de valores na plataforma E-dinheiro para pagamentos e transferências), e também fundos rotativos solidários. O interessado no empréstimo junto ao Banco Comunitário, deve se tornar um associado, e abrir uma conta na plataforma E-dinheiro, que é um sistema virtual de pagamentos e recebimentos, como já explicado anteriormente. Após isso, o mutuário solicita o empréstimo, o qual passa por um processo de análise de crédito mais orgânico, menos burocratizado, e com aval, em geral, da “vizinhança solidária”, entre outros.

Já na plataforma *kiva.org*, um mutuário solicita um empréstimo, que passa pelo processo de subscrição e aprovação. Após essa etapa, o empréstimo é depositado na Kiva para que os credores o apoiem, e, neste momento, é aberto aos credores o financiamento coletivo, a partir de 25 dólares ou mais. O mutuário reembolsa o empréstimo, e os credores usam o reembolso para financiar novos empréstimos, doar ou retirar o dinheiro. A *Kiva.org*, conforme consulta em sua plataforma em 30 de novembro de 2021, possui 4 milhões de mutuários, estando presente em 77 países, possuindo 1,9 milhão de credores, tendo o volume de 1,60 bilhão de dólares em empréstimos até hoje, e possuindo uma taxa de reembolso de 96,2%.

A Rede Brasileira de Bancos Comunitários possui por volta de 120 mil associados. Em 2020, aproximadamente 1 bilhão de reais foram utilizados pela rede brasileira de bancos comunitários, sendo cerca de 6 milhões de reais em créditos e microcréditos, conforme dados divulgados pela própria rede. Estas instituições que foram pioneiras em sua constituição no território brasileiro são o maior exemplo de economia de compartilhamento, visto que todas se utilizam da plataforma E-dinheiro para a integração de todos os associados (investidores e tomadores), e mais recentemente (junho de 2021) integrados em um grande fundo mútuo de crédito, de maneira ainda experimental. No sítio do Instituto Palmas há um *link* para doações,

que é uma das principais formas de arrecadação de fundos para os empréstimos feitos pelo Banco Palmas, pois desde 2015, a rede de bancos comunitários passou a ser desvinculada da parceria junto aos bancos comerciais, e buscando as suas próprias fontes de financiamento, visto também a diminuição de editais governamentais em apoio a essa rede. Tais informações foram recuperadas em 30 de novembro de 2021, em: <http://www.institutobancopalmas.org/doacoes-palmas/>

As principais características dos Bancos Comunitários, conforme disposto na página do instituto Palmas recuperado em 30 de novembro de 2021, são:

A própria comunidade decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária; Atua sempre com duas linhas de crédito: uma em reais e outra em moeda social circulante local; Suas linhas de crédito estimulam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território; Apoia os empreendimentos com estratégia de comercialização como: feiras, lojas solidárias, central de comercialização, etc.; Atua em territórios caracterizados pelo alto grau de exclusão e desigualdade social; Volta-se para um público caracterizado pelo alto grau de vulnerabilidade social, sobretudo aqueles beneficiários de programas sociais governamentais de políticas compensatórias; Funda sua sustentabilidade financeira, em curto prazo, na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas.

O *funding* dos bancos comunitários advém de doações ou ações solidárias promovidas nos bairros de localização do banco comunitário, chamados de “fundos rotativos criados pelas comunidades”, e via editais governamentais, e também da taxa resultante da circulação da moeda social eletrônica (plataforma E-dinheiro). Os empréstimos são fornecidos a seus associados, possuidores de conta na plataforma E-dinheiro, por meio de análise de crédito, com intenção a promover ações empreendedoras. – crédito de consumo (que não é muito usual na atualidade) e crédito produtivo (com a finalidade de produção de algum bem) – empreendedores, que passam por análise de crédito, sempre de maneira mais orgânica e menos burocrática. Ainda não há, de maneira prática e/ou experimental a aquisição de *funding* pelos bancos comunitários por meio de empreendedores sociais (investidores sociais), como é desenvolvido atualmente pela Kiva.org, sendo esta, em linhas gerais, a diferença traçada, enquanto objeto de análise entre as duas instituições sugeridas no estudo: a Plataforma Kiva.org e os Bancos Comunitários, via Rede Brasileira de Bancos Comunitários, com uso da plataforma E-dinheiro.

Por outro lado, todas as demais dimensões elencadas pelo modelo de negócios de economia de compartilhamento 5, sendo estas: tecnologia, interação, financiamento, missão e governança em seus escopos são encontradas na Kiva.org e também na Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Ambas não possuem apenas recursos, também prerrogativa do modelo 5 (utópico), e cada iniciativa possui sua maneira de arrecadar recursos, sendo projetadas de maneira parecida, mas não iguais, conforme já descrito anteriormente.

Evidenciou-se também, neste artigo, que não há uma grande quantidade de estudos sobre essa temática, conforme revisão sistemática proposta por meio de pesquisa nas plataformas citadas, perpassando pelo tema da tecnologia e inovação do Banco Comunitário. Deste modo, este tipo de estudo de revisão de literatura relacionando os bancos comunitários a modelos de negócios de economia compartilhada se faz necessário tanto no Brasil como no mundo. Estes estudos futuros devem ser avançados com o intuito de serem levantadas mais evidências e subsídios para o melhor desenvolvimento e entendimento do funcionamento destes organismos *sui generis*, a exemplo da Kiva.org e do Instituto Banco Palmas, que atuam por meio de plataformas, e instituições similares, de maneira utópica, visando o desenvolvimento sustentável de localidades, por meio da economia de compartilhamento.

Referências

- Bradshaw, C. J., & Brook, B. W. (2014). Human population reduction is not a quick fix for environmental problems. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 111(46), 16610–16615.
- Borges, A. (2011) *Banco Palmas como uma plataforma de desenvolvimento comunitário*. In: MORAIS, L.; BORGES, A. Novos paradigmas de produção e consumo. São Paulo: Instituto Polis. 249-295 p.
- Botsman, R. (2015) *Defining the sharing economy: what is collaborative consumption and what isn't*. Fast Coexist, p.1, 27 maio 2015. <https://www.fastcompany.com/3046119/defining-the-sharing-economy-what-is-collaborative-consumption-and-what-isnt>
- Cernev, A. K.; Diniz, E. H. (2020). *Palmas para o E-Dinheiro! A Evolução Digital de uma Moeda Social Local*, Vol. 24 (5), p. 487-506.
- Cohen, B., & Kietzmann, J. (2014). Ride on! Mobility business models for the sharing economy. *Organization & Environment*, 27(3), 279–296.
- Cohen, B.; Muñoz, P. (2016) *Sharing cities and sustainable consumption and production: towards an integrated framework*. Journal of Cleaner Production, [S.l.] v. 134, [s.n.], p. 87-97
- Da Silveira, L. M.; & Petrini, M.; & Dos Santos, A. C. M. Z. (2016) Economia compartilhada e consumo colaborativo: o que estamos pesquisando? *Sharing economy and collaborative consumption: what are we researching?* REGE – Revista de Gestão, p. 298-305
- De Paula, C. G. (2013). *Bancos Comunitários, Organizações de solidariedade?* <https://www.institutobancopalmas.org/artigos-e-pesquisas-academicos/>
- De Paula, C. G. (2015). *Bancos Comunitários e Moedas Locais*. Continentes, Vol.1 (7).
- Diniz, E. H.; & Siqueira, E. S.; Van Heck, E.(2019) Taxonomy of digital community currency platforms. *Information technology for development*, Vol 25(1), pp. 69-91 <https://openurl.ebsco.com/xvh%3A135520936/detail?volume=25&genre=article&epage=91&title=Information%20Technology%20for%20Development&stitle=&sid=iih&issue=1&issn=0268-1102&spage=69&date=20190102>
- Diniz, E., Cernev, A. K., Daneluzzi, F., & Rodrigues, D. (2018, December). Social cryptocurrencies: Blockchain adoption by social finance organizations. *Proceedings of the International Conference on Information Systems*, San Francisco, USA, 39. Retrieved from <https://aisel.aisnet.org/icis2018/crypto/Presentations/14/>
- Diniz, E. H., Cernev, A. K., & Albuquerque, J. P. de (2013, December). Mobile platform for financial inclusion: The case of an unsuccessful pilot project in Brazil. *Proceedings of SIG Global Development Sixth Annual Workshop*, Milan, Italy, 6.
- Diniz, E. H., Cernev, A. K., & Nascimento, E. (2016). Mobile social money: An exploratory study of the views of managers of community banks. *Revista de Administração (São Paulo)*, 51(3), 299-309. <https://doi.org/10.1016/j.rausp.2016.02.002>
- Diniz, E. H., & Cernev, A. K. (2019). Blockchain: A nova revolução tecnológica nos serviços. In P. B. Tigre, & A. M. Pinheiro (Orgs.), *Inovação em serviços na economia do compartilhamento* (Vol. 1, pp. 1-344). São Paulo: Editora Saraiva.
- França Filho, G. C.; Rigo, A. S; Leal, L. P. (2015) *Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Política Pública de Finanças Solidárias Apresentando a Realidade do Nordeste e Discutindo Proposições*. Revista Desenvolvimento em Questão, Editora Unijuí, Ano 13, nº. 31, jul./set., p. 70-107
- França Filho, G. C.; Silva Jr, J. T. (2009) *Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD)*. In: CATTANI, A. D. et al. Dicionário Internacional da Outra Economia: Edições Almedina. 31-37 p.

- França Filho, G. C. de; Silva Junior, J. T.; Rigo, A. S. (2012) *Solidarity finance through Community development banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas*. Revista de administração (São Paulo), Vol. 47(3), p. 500-515.
- Gil, A. C. 2008. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- Instituto Banco Palmas. <https://www.institutobancopalmas.org/>
- Kitsuta, C. M.; & Quadros, R. (2019) Gestão da Inovação em Empresas Brasileiras de Serviços de Tecnologia da Informação: modelos de inovação planejada, de aplicação rápida e de inovação deliberada a posteriori. Cadernos EBAPE. BR, 17 (4), número especial sobre Inovação em Organizações de Economias Emergentes, Rio de Janeiro, pp. 2011-2024
- Khavul, S. (2010). “*Microfinance: Creating Opportunities for the Poor?*” *Academy of Management Perspectives*, p. 58_72.
- Kiva Org. <https://www.kiva.org/>
- Lessig, L. (2008) *Remix: Making Art and Commerce Thrive in the Hybrid Economy*. United States: The Penguin Pres. <https://textbookequity.org/Textbooks/Remix.pdf>
- Martins, J., Bicudo, M.A.V. (1989) A pesquisa qualitativa em Psicologia: *fundamentos e recursos básicos* São Paulo: Educ/Moraes
- Maia, M. *Economia solidária e o microcrédito no Brasil: avanços ou insuficiências*. (2014) Revista da Administração de Roraima, Vol. 4 (1), p. 119-133.
- McLaren, D., Agyeman, J.. (2015) *Sharing Cities: A Case for Truly Smart and Sustainable Cities*. MIT Press.
- Muñoz, P; Cohen, B. (2017) Mapping out the sharing economy: A configurational approach to sharing business modeling. *Technological Forecasting & Social Change*
- Pupo, C. G. de P. (2018). Banco Comunitário Palmas: metodologia e análise geográfica do fenômeno. *Boletim Paulista De Geografia*, (98), 111–127. <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1157>
- Pupo, C. G. de P. (2020). Arroyo, M.; & Antas Junior, R. M.; & Contel, F. B. (Orgs). *Usos do território e pandemia: dinâmicas e formas contemporâneas do meio técnico-científico informacional*. Editora Consequência, Capítulo 14: Bancos Comunitários no Brasil: digitalização e ações locais no contexto da pandemia da Covid-19
- Rahman, K. S. (2006) *The shape of things to come: The On-Demand Economy and the Normative Stakes of Regulating 21st-Century Capitalism*. *European Journal of Risk Regulation*, [S.l.], v. 7, n. 4, p. 652-663
- Ribeiro, D. *Microcrédito como meio de desenvolvimento social*. (2009) Dissertação (Mestrado em Direito Empresarial) Curso de Direito, Faculdade de Direito Milton Campos, Nova Lima.
- Segundo, J.J.N.M. (2008). Banco Palmas...um caminho. *Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro*. Ano 3, nº29, abril.
- Segundo, J.J.N.M & Magalhães. (2009) *Bancos Comunitários*, Boletim Mercado de Trabalho, Ipea, v.41
- Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Schumpeter, Joseph. (1997). *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Série os Economistas, São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.
- Schlomo, D. R.; Williams, C. A. R.; Quadros, R.; Franco, M. M. V., 2021. Transformação Digital Já! – Um Guia para a Digitalização do Seu Modelo de Negócio, IEL/CNI – Instituto Euvaldo Lodi, Brasília.
- Sundararajan, A. (2016) *The sharing economy: The end of employment and the rise of crowd-based capitalism*. 1 ed. London: Mit Press. <http://pinguet.free.fr/sundararajan.pdf>